Violência no Equador traz recados ao Brasil

» MARCONI PERILLO
Presidente nacional do PSDB

A explosão de violência no Equador, nosso vizinho de América do Sul, traz dois recados para o Brasil. O primeiro é que combater a violência, o narcotráfico e os grupos criminosos organizados é urgente. É preciso ter coragem para, com o uso intensivo de inteligência policial e das melhores ferramentas tecnológicas, exterminar as organizações criminosas que atuam com tráfico de drogas, roubo de cargas, pirataria e, muitas vezes, atuam como verdadeiras máfias que aterrorizam moradores e vendem proteção contra si mesmas. Além disso, um total controle das fronteiras é essencial. Nossas fronteiras são como peneiras por onde passam drogas, armas, contrabando e criminosos em busca de ambiente mais favorável para suas fugas.

O segundo recado tem a ver com a estabilidade econômica. O Equador, assim como a Argentina, dolarizou sua economia. A aparência de estabilidade de uma economia lastreada no dólar esconde a fragilidade dos controles financeiros que esse movimento traz. O dólar permite transações internacionais com mais agilidade e menor controle, facilitando a lavagem de dinheiro, tornando o país atrativo para organizações criminosas transnacionais.

O Equador era um país razoavelmente seguro, mesmo sendo vizinho da Colômbia e do Peru, dois dos maiores produtores de drogas do planeta, especialmente a cocaína. A Colômbia trava, há décadas, uma sangrenta guerra contra grupos criminosos, responsáveis pelo tráfico de drogas, e terroristas, em muitos casos financiados pelos próprios cartéis de drogas.

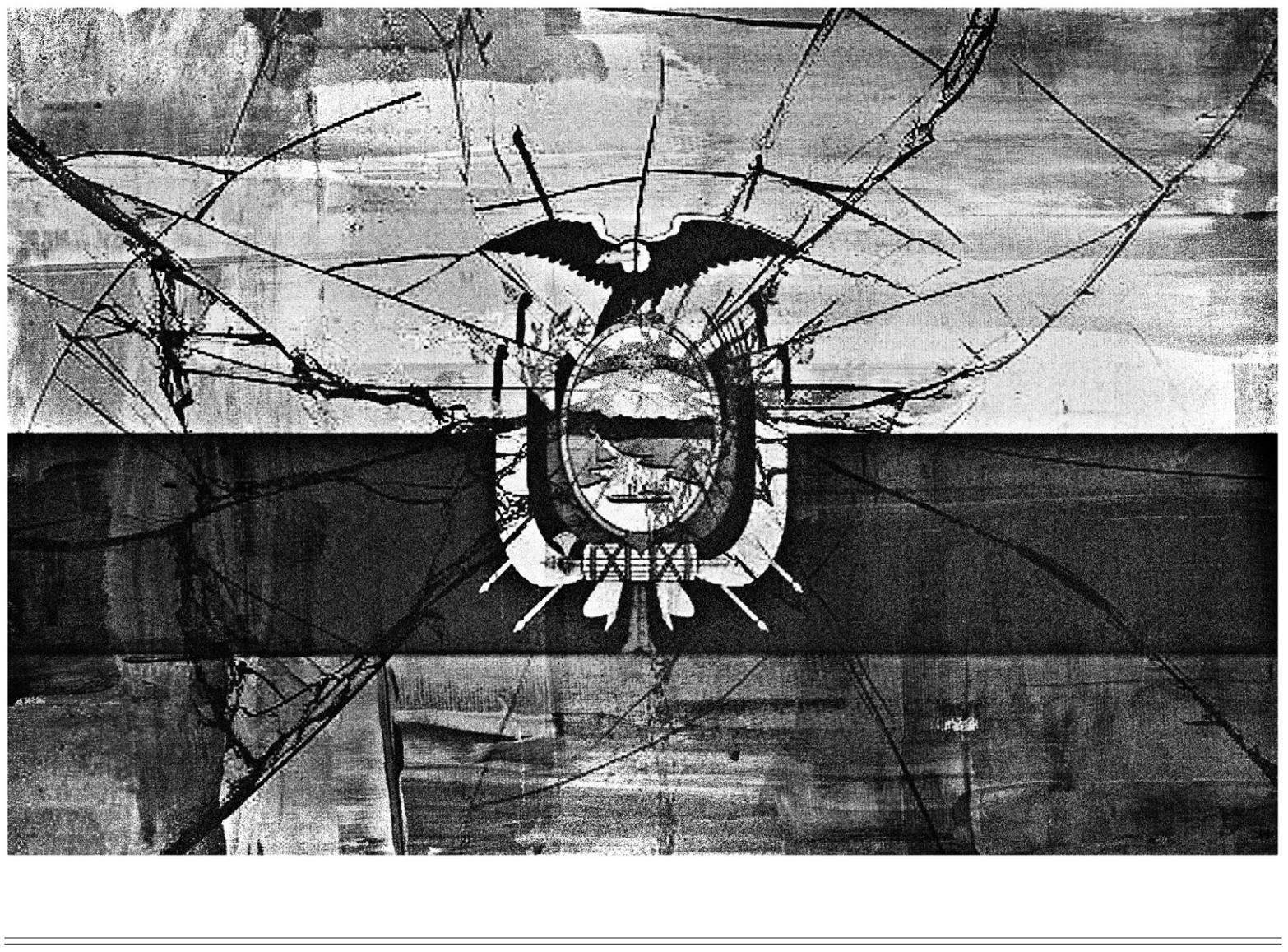
Ao dolarizar sua economia, o Equador passou a ser atrativo para grupos criminosos internacionais. Atualmente, estima-se que cerca de um terço da cocaína colombiana saia da América do Sul rumo aos Estados Unidos por meio de portos equatorianos. Dois dos maiores grupos criminosos do país, segundo autoridades locais, recebem apoio financeiro e armas de cartéis de drogas mexicanos. Há, ainda, no Equador outros grupos estrangeiros atuando, como dissidentes de cartéis colombianos e até um grupo criminoso dos Balcãs chamado pela polícia do Equador de "máfia albanesa".

A dolarização econômica do Equador foi adotada em 2000, seis anos depois do Plano Real, que estabilizou a economia brasileira. Ainda que o Brasil e o mundo tenham mudado muito em 30 anos, a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real — uma das políticas públicas reconhecidas pelos brasileiros como uma das mais importantes de nossa história, segundo pesquisa recente do Ipespe sob encomenda da Federação Brasileira de Bancos(Febraban) —, nos deixa, por enquanto, livres da tentação da dolarização de nossa economia. No entanto, não somos imunes a situações que possam nos levar a um caos na segurança pública como esse do Equador.

Temos no Brasil facções criminosas — algumas, inclusive, já internacionalizando suas operações— que precisam ser combatidas com muito mais rigor que hoje. É preciso exterminar esses grupos criminosos, tirando do jogo seus líderes, asfixiando financeiramente suas atividades lícitas e impedindo o funcionamento das ilícitas.

Fortalecer nossas forças policiais é urgente. Policiais precisam de equipamentos, tecnologia e garantias legais para atuar no combate à criminalidade dentro dos limites constitucionais, seja nas cidades, no campo ou nas fronteiras. Os policiais precisam de salários dignos para deixarem suas famílias em casa e irem às ruas enfrentar o jogo pesado da criminalidade. Uma revisão legislativa para aumentar o rigor na execução das penas impostas pelo Judiciário também precisa ser discutida.

Os brasileiros não querem que nosso país se torne um local atrativo para a criminalidade internacional. Precisamos de medidas efetivas, muito mais agressivas que as atuais, para melhorar a segurança pública no Brasil.



Inteligência artificial é uma realidade

» ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras

O uso da inteligência artificial torna-se cada vez menos um vale-tudo, para se transformar num emprego altamente responsável. É o que prevê o documento intitulado *Princípios Globais para a Inteligência Artificial*, assinado por centenas de entidades envolvidas nesse processo irreversível de comunicação. Assim se garante que o impacto da tecnologia caminhe junto de uma estrutura ética e responsável, sem abrir mão da inovação, como convém.

Desenvolvedores de sistemas de IA devem seguir diretrizes como o respeito à propriedade intelectual de conteúdos originais e a transparência sobre a inclusão de obras autorais em dados usados para treinar a tecnologia. Direitos humanos são previstos com toda clareza. A apropriação indevida e indiscriminada da propriedade intelectual é considerada antética, prejudicial e por isso se trata como violação dos direitos protegidos. Abre-se caminho para impulsionar a inovação e as novas oportunidades de negócios. Só nos Estados Unidos assinaram o documento mais de 2 mil jornais. Nesse terreno, se deve avançar com os cuidados necessários.

O aperfeiçoamento da tecnologia é uma realidade. Há recursos, hoje, para um combate eficiente à propagação de fake news e imagens falsas, com o uso de celulares, que contam com o sistema operacional Android, do Google, e o Titã, da Qualcomm (lançado na China). As pessoas passam a ter a capacidade de identificar o que se trata de IA (conteúdo real ou não). Chegou-se a tal perfeição que até na guerra Israel X Hamas já se fez uso da tecnologia de vanguarda, graças aos funcionários da firma Gitam, para a localização de reféns. Isso se faz também com um software de inteligência artificial especializado em reconhecimento facial. É a tecnologia a serviço da vida.

Para que tudo melhore é preciso envolver os alunos do ensino fundamental, no começo do processo. Devem se tornar mais do que meros usuários. Precisamos estimular reflexões sobre a matéria. Até discutir com mais propriedade o papel das Universidades nisso tudo, com ênfase na necessária regulamentação.

Especialização — a inteligência artificial é apenas mais uma forma de manipular as pessoas via internet. Quem afirma isso é o professor Douglas Ruskoff, da City University of New York. Educação e Jornalismo são preciosidades, para mostrar a natureza da nova tecnologia. "Sou fã do ser humano", costuma afirmar ele, defendendo o progresso que vem por aí.

No universo da tecnologia, o assunto inteligência artificial é dos mais promissores. Cresce muito hoje no mundo o número de profissionais com habilidades voltadas à IA. A sua especialização nas Universidades é uma realidade. São comuns cursos de dois anos, ensinando matemática e programação de computadores, antes de chegar às disciplinas de redes neurais. Vai-se do básico ao avançado, com amplas perspectivas no mercado de trabalho. É comum lidar com o que chamamos de "Aprendizagem de máquina", que faz com que o computador seja capaz de inserir as regras do comportamento a partir de exemplos dados. E assim se parte para o sucesso, nessa grande aventura.

O impacto do ChatGPT— já se tem uma avaliação sobre o impacto do ChatGPT no ensino superior. Em diversos cursos supera a nota dos humanos, segundo estudos da Universidade de Abu Dhabi (Emirados Árabes). Essa supremacia aconteceu especialmente em dois cursos superiores: matemática e economia. A maior margem foi assinalada em introdução a políticas públicas, no curso de pesquisa social. Estudos futuros poderão ser úteis na detecção do plágio e nas discussões sobre uma possível reforma educacional, com as perspectivas dentro e fora das salas de aula, além da ideia necessária de valorização do ensino integral.

As possíveis modificações na inteligência artificial e na biologia sintética caminham juntas. A IA pode desvendar os segredos do universo, curar doenças e ampliar os limites da imaginação. Mas é claro que não podemos defender, por exemplo, o uso de drones para a destruição. Se for para o progresso, tudo bem, como se preconiza no livro *Homo Deus*, do cientista israelense Yuval Noah Harari.

A China priorizou o desenvolvimento de tecnologia profunda, como a inteligência artificial, computação quântica e biologia sintética para estimular o seu desenvolvimento econômico. Mas também usa tecnologia de reconhecimento facial e técnicas de processamento de dados para vigiar os seus cidadãos, a fim de manter o controle social. Será isso válido?

Decisões amazônicas

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

O projeto Radam, Radar da Amazônia, foi criado pelo ministro das Minas e Energia, Shigeaki Uéki, no governo Ernesto Geisel. Esse programa trabalhou com um avião Caravelle, numa altitude de 11 mil metros e velocidade de média de 690 Km/h, utilizando um tipo de radar específico que enxergava a terra através das nuvens, dia e noite. Seu trabalho coletou dados sobre recursos naturais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia. O Brasil não se conhecia até então. Vários rios foram realocados nos mapas, ilhas que não eram ilhas, penínsulas que eram cercadas por água e vastos recursos minerais. Havia ouro na Amazônia.

Havia muitos índios também. O projeto Radam, por causa de seus excelentes resultados, foi expandido para todo o Brasil. Mas, no Norte ele teve especial participação nos projetos de desenvolvimento da época. A partir de suas revelações foram abertas as estradas que cruzam a Amazônia, a Transamazônica é um exemplo, e foi iniciado um processo de colonização de vastas áreas naquela região. Aconteceu o inevitável. O branco se chocou com o índio. E com as políticas de quem defende o meio ambiente. Antes do projeto Radam já existia Amazônia e índios, mas os brasileiros não tinham noção do que a floresta escondia.

As descobertas do Radam abriram as fronteiras da Amazônia. A partir de 1987 foram construídas dezenas de pistas de pouso clandestinas por garimpeiros nos afluentes do rio Branco. Foram encontrados veios de ouro importantes que provocaram uma corrida em busca do precioso metal. A estimativa, difícil de ser feita, aponta para que o número de garimpeiros e auxiliares constitua uma população perto de 30 mil pessoas que vivem de maneira irregular naquela imensa área.

O primeiro contato de ianomâmis com o homem branco ocorreu em 1950 na Venezuela por meio de um missionário de católico. No Brasil, ocorreu, em 1962, por intermédio do trabalho do padre Góis, responsável pela instalação da missão em Amaturá (município no interior do estado do Amazonas). Entre 1968 e 1972, o padre italiano João Batista Saffirio, da congregação missionária da Consolatta, viveu entre comunidades indígenas do Território Federal de Roraima, que descreveu como ianomâmis. A reserva foi demarcada em 1991. Possui 96.650 Km², habitada por cerca de 35 mil índios. É maior do que Portugal, que possui 92.212 Km² e cerca de 10 milhões de habitantes. Defender a vida dos ianomâmis é tarefa do governo. Mas o gigantismo da área não permite que se faça prognósticos positivos.

As reservas são trespassadas por interesses econômicos, além do ouro, por supostos pesquisadores estrangeiros em busca de algum tipo de riqueza e até por pesquisadores honestos. Os índios estão expostos a todos esses perigos numa área impossível de ser defendida. Essa é uma questão difícil de ser respondida. Os defensores do meio ambiente pretendem que a floresta permaneça intocada com objetivo de favorecer a sobrevivência das comunidades autóctones. Além dos índios existem cerca de 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia. Eles precisam de emprego, renda e de facilidades de consumo. São tão brasileiros quanto os do Sul ou do Sudeste. Defender a existência dos ianomâmis é fundamental, sobre isso não resta dúvida. Mas garantir o desenvolvimento dos povos da Amazônia é outra realidade. A difícil tarefa do governo é encontrar o caminho entre os dois argumentos.

No início de seu governo, o presidente Lula comandou a retirada dos garimpeiros da reserva ianomami. As Forças Armadas participaram do esforço a um custo muito elevado e não revelado. Transportar marmita de helicóptero é caríssimo. E, pior, não deu certo. Depois do esforço, os garimpeiros retornaram às suas atividades anteriores. Tornaram a invadir a área e exercer seu ofício, utilizando mercúrio que polui rios e mata os peixes. O esforço anterior serviu apenas para alimentar manchetes de jornal e as emissoras de televisão produzirem documentários espalhafatosos. O drama dos ianomâmis continua intocado.

O presidente decidiu elevar o número de agentes de governo no local. Ele pretende criar um posto avançado da Polícia Federal, colocar militares e agentes da Funai mais perto dos índios para defender a comunidade. É paradoxal porque quanto mais brancos estiverem perto dos indígenas, mais eles estarão expostos a doenças de toda espécie. Em outras áreas deve acontecer o mesmo paradoxo. A Petrobras constrói uma pista de pouso perto da cidade de Oiapoque, no norte do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. Na cidade, que carece de tudo, é uma festa, que vai movimentar restaurantes, motoristas de táxi, hotéis e as meninas que vivem da noite. O governo vai ter que enfrentar esta dualidade: destruir com objetivo de construir ou preservar a selva para o gringo fotografar macaco e jacaré.